

Título: Permanência é direito: construção de um indicador de vulnerabilidade para beneficiários do Programa Jovem Monitor Cultural

Resumo:

Este trabalho trata de uma proposta de construção de um indicador de vulnerabilidade para os beneficiários do Programa Jovem Monitor Cultural (PJMC), uma política pública de cunho de formação cultural e de inserção socioeconômica, pertencente à Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo. Esse indicador apresenta grande relevância para a prevenção de desligamentos e abandono do programa, facilitando ações pedagógicas e psicossociais, para a garantia da permanência de jovens em alta vulnerabilidade. Com isso, avaliando os resultados do indicador de vulnerabilidade, a equipe pedagógica e psicossocial poderá identificar jovens que precisam de um maior acompanhamento e, assim, seus direitos enquanto cidadãos de usufruir de uma política pública em que foram selecionados para participar seriam assegurados, bem como suas permanências e conclusão do ciclo formativo que o PJMC oferece.

Introdução:

Para Secchi (2012, p. 2), “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. E ainda, “um problema é a discrepância entre o status quo e uma situação ideal possível. Um problema público é a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública.” (SECCHI, 2012, p. 34). Nesse sentido, políticas públicas são criadas a partir de um problema relevante manifesto na sociedade de determinado local e, uma vez identificada essa demanda, seu objetivo visa a garantia de direitos e a redução de desigualdades. Esse processo é permeado de desafios, lutas populares e negociações, ocorrendo de forma bastante específica dependendo de seu país de origem. Além disso, por se tratar de atender uma demanda social, as políticas públicas estão em constantes mudanças, seguindo novamente demandas da população, para que sua eficácia seja garantida (SPINK, 2013).

Mesmo com essa grande importância na sociedade, ainda é necessário que exista maior investigação sobre as políticas públicas. De acordo com Marques e Faria (2013, p. 7)

Em termos substantivos, a maior parte dos estudos sobre políticas públicas no Brasil, até os anos 1980, se dedicou a análises macrossociológicas sobre o Estado e a respeito dos efeitos de suas políticas sobre diversos aspectos da

sociedade brasileira, como a formação da nação, o desenvolvimento econômico, a constituição da cidadania, a formação das classes sociais, entre outros. Contraditoriamente, embora o Estado brasileiro tenha sempre sido discutido e citado intensamente, os detalhes de suas ações, assim como os elementos e processos que impulsionavam o seu funcionamento, permaneceram muito pouco tematizados pela literatura.

Neste trabalho, a política pública em questão e que será analisada é o Programa Jovem Monitor Cultural (PJMC), instituído pela LEI Nº 14.968, de 30 de Julho de 2009 (SÃO PAULO, 2009), com administração feita pela Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e parceria de uma Organização Social da Sociedade Civil (OSC). Neste ano, a Associação Educacional Maria do Carmo assumiu a execução do programa conforme as diretrizes do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).

O PJMC abarca uma formação teórica e prática de jovens entre 18 e 29 anos da cidade de São Paulo, preferencialmente de baixa renda, com o objetivo de inserção socioeconômica e experimentação profissional. O programa oferece um auxílio pecuniário de 1000,00 reais, auxílio remoto de 100,00 reais, vale transporte e vale alimentação para os dias que o jovem atua no equipamento cultural, e dispõe de 330 vagas atualmente. Essa caracterização é notória para contextualizar em que cenário os beneficiários da política se encontram, pois sabendo que 38,9% de inscritos e convocados na atual edição tem a renda familiar per capita de até 606,00 reais, assuntos como permanência e garantia de direitos são uma pauta constante dentro das coordenações do programa.

Dessa forma, o PJMC verificou a necessidade de compor uma equipe psicossocial, composta pela contratação de uma psicóloga e uma assistente social, e a criação de dois núcleos: Núcleo de Diversidades e Permanência (NDP) e Núcleo de Acessibilidades e Permanência (NAP). A equipe psicossocial atua intensamente quando surgem casos delicados que afetam a formação e permanência de algum jovem, por exemplo dificuldades de comunicação e conflitos com gestores dos equipamentos culturais até questões pessoais que acabam refletindo na formação. E conjuntamente, os núcleos surgem pela urgência de discutir temáticas que envolvem as diversidades, por exemplo, raça, renda, orientação sexual, gênero, no caso do NDP e acessibilidades destinadas para pessoas com deficiência no NAP.

Apesar do importante trabalho realizado até agora, o PJMC identificou que muitos casos chegam para a equipe psicossocial e os núcleos quando a gravidade já está alta, em uma lógica de “apagar incêndios”.

Então, com base no que foi brevemente exposto, a proposta aqui apresentada se baseia na construção de um indicador de vulnerabilidade inspirada no Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). Utilizar indicadores de vulnerabilidade sintéticos demonstram algumas potencialidades, para Schumann e Moura (2015, p. 2106)

Esses instrumentos são apresentados como facilitadores para o atendimento das demandas de informação para formulação de políticas, para a tomada de decisões nas esferas públicas, para a divulgação pelos meios de comunicação de resultados sintéticos, bem como para a disseminação da cultura de uso de indicadores nas pactuações das agendas de políticas públicas nacionais e globais

Assim, a criação desse instrumento tem a intenção de gerar dados sobre o programa que irão ajudar a conhecer melhor os participantes, além de facilitar ações preventivas que favoreçam a permanência e que aumentem a qualidade e efetividade da política pública impactando diretamente seus beneficiários e otimizando os valores e esforços alocados pela SMC.

Objetivo:

A proposta da construção de um indicador de vulnerabilidade tem como objetivo favorecer e evidenciar o exercício de direitos de participantes do PJMC que se enquadrem nos critérios de alta vulnerabilidade estabelecidos e visa a permanência, uma vez que a conclusão do programa pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida desses jovens, assim, modificando sua realidade e seu entorno. Além disso, essa perspectiva aumenta a eficácia da política pública, resultando em um melhor uso do dinheiro público.

Desenvolvimento:

Antes da equipe psicossocial existir, o programa já havia identificado a grande demanda dos jovens em questões envolvendo saúde mental, identidade de gênero e a inserção desses corpos nos espaços públicos, problemas financeiros, agravados pela pandemia de COVID-19, e adaptações na formação para jovens com deficiências e jovens que são mães ou pais. As coordenações do programa além de sobrecarregadas, não possuíam as competências específicas para o atendimento dessa demanda. Então, com a contratação das profissionais de assistência social e psicologia, muitos casos solicitando apoio psicossocial surgiram através

do formulário de solicitações do PJMC. Só neste ano, a equipe psicossocial já recebeu e iniciou o atendimento de 73 casos.

Entretanto, as coordenações perceberam que muitas vezes o programa era notificado de algo quando a situação apresentava maior complexidade. Alguns jovens que nem chegaram a solicitar apoio psicossocial se desligaram do programa justificando que estavam fazendo outras atividades ao mesmo tempo para compor a renda. Há também casos de abandono sem justificativas. Outros jovens se desligaram por ter encontrado um emprego, mas é de interesse mencionar que, possivelmente, as oportunidades para esses jovens poderiam ser melhores caso eles tivessem concluído a formação.

Diante disso, a contribuição do programa na vida de jovens em vulnerabilidade vai ao encontro da diminuição das chances de se incluírem na faixa etária dos jovens nem-nem (jovens que nem trabalham e nem estudam), pois segundo Tillmann e Comim (2016), jovens que possuem mais formação conseguem mais oportunidades no mercado de trabalho. Logo, a garantia da permanência e a conclusão do programa pode abrir novos caminhos para essa juventude.

Em uma pesquisa interna do programa, com Jovens Monitores que concluíram o programa entre 2017 e 2021, foi possível verificar que o programa teve grande impacto na busca por formação acadêmica e conseqüentemente as chances de obterem melhores oportunidades de trabalho. Logo, é possível notar a importância do programa na continuidade dos estudos e isso pode refletir diretamente na inserção no mercado de trabalho.

Dessa forma, visando “prever” casos em que as coordenações e a equipe psicossocial pudessem oferecer mais atenção antes mesmo do jovem, gestores e agentes de formação solicitarem auxílio, surgiu a proposta de construção de um indicador de vulnerabilidade projetado especialmente para o PJMC e inspirado no IVS. Com ele, será possível mapear quais jovens estão em riscos de um direito ser violado em diversos aspectos, sociais e econômicos, a fim de garantir a permanência, oferecendo apoio e orientação caso precisem contar com a rede do município.

Diagnóstico do problema ou descrição da situação inicial:

Como dito anteriormente, há casos de alta atenção no programa. A faixa etária do público do PJMC abrange um período onde ocorrem muitas mudanças, porém isso pode se agravar a depender do tipo de perfil desse jovem. É claro que a juventude como um todo pode passar por momentos bem difíceis, mas isso se intensifica se o sujeito fizer parte de uma minoria social ou se estivermos falando de jovens periféricos, por exemplo. Muitos choques

sociais e de realidade acontecem com esses jovens ao adentrarem espaços públicos sendo Jovens Monitores, podendo ficar mais expostos a situações de conflitos e até mesmo de violências. A título de exemplo, podemos pensar como um equipamento cultural da cidade de São Paulo irá receber uma Jovem Monitora travesti, ou como em um espaço que todos os funcionários brancos irão receber um Jovem Monitor negro.

Sobre essas questões, o PJMC, a cada edição, atualiza o Guia do Gestor-Orientador, estabelecendo diretrizes e adicionando contornos sobre como devem ser suas práticas e a formação do jovem que irá receber. Esse é um entre tantos outros motivos da relevância do programa saber cada vez mais e com mais detalhes quais são os perfis dos jovens beneficiários dessa política pública.

Em um estudo interno recente do PJMC, sobre as regiões de residência dos jovens da atual edição, foi verificado que: 5,1% eram do centro, 20,7% da região norte, 16,8% da sul, 20,4 da oeste e 37,1% da leste. Agora de uma perspectiva micro, a atual edição possui 3 jovens da região do Pinheiros, que possui alto IDH de 0,942, enquanto possui 26 jovens da região de Guaianases que tem baixo IDH de 0,713 (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2022).

Um fator crucial que moldou o perfil dos jovens do programa, foi a adoção de políticas afirmativas no edital de credenciamento. Realizando uma busca pelos editais do programa, entre os períodos de 2013 até 2022, em 2013 havia 5% das vagas destinadas a pessoas com mobilidade reduzida, em 2015 foram inseridas as ações afirmativas para no mínimo 20% das vagas, de acordo com o Decreto 54.949/2014, destinadas a negros, negras ou afrodescendentes. Em 2018, além das ações afirmativas para pessoas com deficiência e pessoas negras, houve uma tabela de pontuações e acréscimos para jovens de baixa renda, com filhos, apenas com ensino médio, por exemplo. Em 2019, o percentual de 20% das vagas para pessoas negras passou para, preferencialmente, 54%. Em 2022, preferencialmente, 56% das vagas ofertadas, prioritariamente, às pessoas que se autodeclararam pretas, pardas e indígenas. Além disso, em 2022 foi incluído o acréscimo de dois pontos para pessoas transgêneras.

A importância de garantir que essas minorias acessem o programa é de extrema relevância para a transformação social e de vidas, mas as políticas afirmativas não devem se encerrar no acesso apenas. Ou seja, para que essas ações sejam realmente efetivas é preciso estabelecer o compromisso com a permanência desses jovens no programa.

Desse modo, é destacável que o programa se preocupa com a permanência dos jovens, haja vista a existência de uma equipe psicossocial e dos núcleos de acessibilidades e diversidades. Entretanto, foi possível identificar que normalmente acontece uma lógica de

mediar ou prestar apoio quando já existe um problema, seja ele de qualquer natureza. E ainda, algumas situações demoram muito tempo para chegarem até as coordenações e, quando chegam, os níveis de gravidade já estão altos.

Portanto, partindo da noção de que sempre é possível aprimorar políticas públicas, a proposta da criação de um indicador de vulnerabilidade, especialmente feito e pensado para o contexto do Programa Jovem Monitor Cultural, surge para agir antes de violências e perdas de direito acontecerem, além de influenciar diretamente na qualidade da formação dos beneficiários do PJMC e garantir sua permanência.

Conceitos e/ou melhores práticas de referência:

Primeiro, é fundamental definir o que é vulnerabilidade. Para Schumann e Moura (2015, p. 2105)

O conceito de vulnerabilidade é delimitado por processos sociais dinâmicos e multigeracionais que envolvem pelo menos três dimensões: exposição a trajetórias de riscos, capacidades internas e externas de reação e possibilidades de adaptação baseada tanto na intensidade do risco quanto na resiliência das pessoas.

Ademais, o sujeito que se encontra em vulnerabilidade social pode não ter sofrido ainda alguma violação de direitos, mas ele tem mais chances disso, pois possui desvantagens para a mobilidade social (CARMO; GUIZARDI, 2018). E ainda, as autoras afirmam que “A aceção da vulnerabilidade como parâmetro de reflexão e atuação implica o reconhecimento da concomitância de fatores éticos, políticos e técnicos contornando a incidência de riscos nos territórios e a capacidade humana para o seu enfrentamento.” (CARMO; GUIZARDI, 2018, p. 10). Dessa maneira, a proposta apresentada tem em sua origem esse viés ético de luta pela melhoria da qualidade de vida de sujeitos que necessitam da ação do Estado e de outros atores da sociedade para a garantia de seus direitos.

Nessa direção, é preciso salientar que a saúde está intimamente ligada à vulnerabilidade. O conceito de saúde, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, é “[...] um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade.” (OMS, 1946). E é nessa interface que a equipe psicossocial do PJMC pode atuar com os jovens seja oferecendo escutas e encontros, encaminhamentos para Unidades Básicas de Saúde e até traçando estratégias de ações articuladas com os núcleos do programa, promovendo, principalmente, o bem-estar mental e social. Dessa forma, ligando aspectos pedagógicos, inserção socioeconômica e apoio psicossocial que o PJMC oferece,

jovens que estão em vulnerabilidade podem se beneficiar extremamente de seu processo formativo e de atuação, fatores que contribuem para a garantia de sua cidadania e desenvolvimento.

Em uma notícia recente (BASILIO, 2023), sobre a saúde mental dos brasileiros a partir de recortes como gênero, orientação sexual, raça, entre outros, com uma amostra de 2248 pessoas, permitiu alguns dados úteis para a proposta deste trabalho. O índice de saúde mental foi realizado baseado em um questionário de saúde geral, e abrange três temas: confiança, vitalidade e foco, com uma escala de zero a mil pontos. Na pesquisa, foi observado que pessoas trans apresentaram índice mais baixo dentre as categorias demográficas avaliadas pelo estudo do que pessoas cis. A renda foi um fator de alteração no índice também: “Enquanto na faixa de 0 a 2 mil reais o índice foi de 576, na faixa acima de 10 mil reais ele passa de 737. [...] Quanto mais jovem, mais baixo o índice de saúde mental. A faixa etária de 16 a 24 anos obteve apenas 534 pontos, abaixo da média nacional.” (BASILIO, 2023). Nesse sentido, esses recortes são relevantes quando comparamos ao perfil dos jovens que participam do Programa Jovem Monitor Cultural. Eles ajudam a elucidar alguns caminhos pedagógicos e psicossociais que o programa pode assumir como relevante para essa população.

Outra referência crucial para o embasamento da proposta, uma vez que a geração de dados auxilia em um melhor entendimento de acontecimentos sociais, é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com seu vasto trabalho envolvendo dados e seus impactos para as políticas públicas. Silva e Albuquerque (2016, p. 173) chamam a atenção para desdobramentos realizados a partir dos dados do IBGE:

E, como outro exemplo temático, para o uso de tais dados, os quais se referem aos parâmetros utilizados pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal temos diversos indicadores que com frequência são expostos pelo governo e se referem a financiamento estudantil, Programa Universidade para Todos, censos demográficos etc. Todos esses indicadores constantes se compõem em 711 (setecentos e onze) conjuntos de dados do sítio governamental que fazem referência ao IBGE, portanto, usam pesquisas e indicadores já existentes para efetivar estudos e bases na atuação governamental. E assim, não foi diferente a utilização para atuação de propostas feitas pela Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial. As situações de vulnerabilidade geram preocupações que devem ser objeto de políticas públicas como demonstra a Secretaria e

envolvem estudos para a juventude, correlacionando o assunto com jovens negros e do sexo masculino.

Por fim, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (COSTA; MARGUTI, 2015) gerou um notável trabalho sobre vulnerabilidade social nos municípios brasileiros que inspirou a proposta deste trabalho. Esse trabalho ajudou a nortear ações de diversas políticas públicas ao redor do país e inspirou a proposta do indicador de vulnerabilidade do PJMC.

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), construído a partir de indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH) no Brasil procura dar destaque a diferentes situações indicativas de exclusão e vulnerabilidade social no território brasileiro, numa perspectiva que vai além da identificação da pobreza entendida apenas como insuficiência de recursos monetários (COSTA; MARGUTI, 2015, p.12).

Proposta:

No edital de inscrição do programa, já existem perguntas sociodemográficas bastante importantes para mapear quais são as pessoas que conseguem acessar o PJMC, inclusive para garantir que as ações afirmativas estejam sendo cumpridas. Dessa forma, a proposta é de grande viabilidade e aplicabilidade, pois será necessário apenas incluí-la junto com esta etapa já existente no edital. A ideia é enriquecer mais as perguntas já feitas e incluir outros temas para caracterizar melhor os inscritos e futuros convocados. Ademais, a coleta de dados também será feita em outros dois momentos para uma análise mais completa e longitudinal: ao completar o primeiro ano no programa e no segundo ano que é a sua conclusão e encerramento.

Na seção "identificação do problema" denotou-se que a construção de um indicador precisa considerar quais aspectos são relevantes para serem medidos. Assim, o índice de vulnerabilidade do PJMC irá abarcar temas como moradia, segurança alimentar, rede de apoio e relações sociais, saúde integrada, renda e identidade racial e de gênero. Por exemplo, algumas perguntas que podem ser realizadas nesses eixos, com base no IVS e questionários do IBGE (IBGE, 2022), além de abarcar as especificidades do PJMC, seriam: Quantas pessoas moram com você?; Qual o tipo de domicílio?; Qual é a sua renda familiar per capita?; Quantas pessoas na sua casa contribuem com a renda?; Escolaridade da mãe e do pai; Qual é a sua cor/raça?; Qual é sua identidade de gênero?; Qual é a sua orientação sexual? Com que frequência você visita sua família ou amigos? Quantas refeições, em média, realiza por dia?

Participa de algum coletivo ou grupo? Como você avalia a sua saúde física?; Como você avalia a sua saúde mental?; Como você percebe sua vitalidade?; Utiliza algum tipo de medicamento contínuo?.

A escala utilizada seguirá os moldes do IVS, modelo já validado e aplicado, possuindo escala de 0 a 1. Quanto mais perto de 1, maior o índice de vulnerabilidade. Nesse ponto, será possível contar com o auxílio da analista de dados contratada pela instituição Maria do Carmo, OSC que coordena o programa em conjunto com a SMC.

Como segunda etapa, será realizado um piloto para validar o índice. De modo que, antes de sua inclusão no edital da nova edição, um formulário on-line será feito e enviado por e-mail para todos os Jovens Monitores da edição atual. Será indicado um prazo para as respostas e, assim que o formulário for fechado, serão feitas as análises quantitativas. Todo o corpo de funcionários do programa, seja ele da SMC ou da entidade executora, analisará se as perguntas estão suficientes, se alguma alteração na escrita das perguntas deve ser realizada, se alguma pergunta deve ser excluída ou se há sugestões de acréscimos de outras.

Por fim, após a validação, a etapa final é a publicação das perguntas do índice no edital da próxima edição como etapa obrigatória para a inscrição do participante. Então, quando o resultado final da edição for consolidado, a equipe pedagógica e psicossocial irá identificar os jovens que apresentarem os maiores índices de vulnerabilidade para iniciar o processo de garantia de sua permanência desde a entrada no programa. Assim, a equipe psicossocial irá realizar reuniões com os jovens identificados para criar uma perspectiva qualitativa de suas vivências - ou seja, a equipe atuará de forma preventiva elaborando soluções individuais ou coletivas conforme as conversas e reuniões aconteçam. Também será possível pensar em como o NDP e o NAP poderão refletir e planejar ações pedagógicas para o tratamento das questões que surgirem, incluindo os resultados da coleta do primeiro ano e a de conclusão do programa.

Resultados alcançados ou esperados:

Com base no que foi exposto, a construção do indicador de vulnerabilidade para o Programa Jovem Monitor Cultural, considerando suas especificidades, apresenta grande possibilidade de mudança qualitativa na atuação das equipes com o objetivo de garantir a permanência dos jovens que mais precisam de apoio. O foco deve ser a conclusão do ciclo formativo por esses jovens, uma vez que ter formações é um diferencial quando a juventude tenta se inserir no mercado de trabalho e isso pode refletir ao longo de sua vida. Além disso, a leitura das análises do indicador de vulnerabilidade pode mudar a lógica de “apagar

incêndios” e permitir a tomada de ações preventivas, desde de acolhimentos até planejamentos pedagógicos. O mapeamento detalhado dos jovens que acessam o programa também tem potencial de influenciar na garantia das ações afirmativas e seu acompanhamento constante. A equipe psicossocial também conseguirá trabalhar mais facilmente identificando esses jovens e demarcando suas demandas.

A proposta além de melhorar qualitativamente a experiência dos jovens no programa, também assume um compromisso com o uso mais adequado e eficaz do dinheiro público destinado para a execução dessa política pública.

Além de mapear o perfil de entrada dos beneficiários do programa, com a coleta na inscrição, o indicador aplicado ao completar um ano e no segundo ano, que é a conclusão do ciclo formativo, apresenta uma perspectiva quantitativa e longitudinal sobre como o programa agiu na vida dos jovens ao longo do tempo.

O indicador é apenas o início e um facilitador desse mapeamento extremamente relevante para os envolvidos nesta política pública que é o PJMC, pois o trabalho mais transformador será o acolhimento desses jovens em alta vulnerabilidade e a promoção das condições mínimas para que possam se desenvolver no programa com a possibilidade de conseguirem oportunidades que os levem a uma vida melhor com mais oportunidades de trabalho e incentivo aos estudos.

Como desdobramento futuro, os dados gerados a partir do indicador podem ser compartilhados com o Observatório de Políticas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) a fim de contribuir com o fortalecimento e efetividade do PJMC.

Concluindo, o PJMC é uma política pública com enorme potência de transformação social e subjetiva, e seu impacto não se concentra apenas nos jovens beneficiários, mas também incide em todos que estão próximos a ela. O programa é muito relevante no sentido de suas repercussões sociais, principalmente porque emancipa a juventude ofertando conhecimentos e atuação na área cultural da cidade. Arelado a proposta aqui exposta, seus efeitos poderão ser maximizados contribuindo, assim, para uma São Paulo melhor.

Referências bibliográficas:

BASILIO, A. L. **A saúde mental dos brasileiros por raça, renda e orientação sexual.** Carta Capital, 04 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-saude-mental-dos-brasileiros-por-raca-renda-e-orientacao-sexual-segundo-pesquisa/>. Acesso em: 05 ago. 2023.

CARMO, M. E. do; GUIZARDI, F. L. **O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social.** Cad. Saúde Pública, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/esp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 27 ago. 2023.

COSTA, M. A.; MARGUTI, B. O. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros.** Brasília: IPEA, 2015.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Questionários.** 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/questionarios.html> Acesso em: 31 ago 2023.

MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. de, **A política pública como campo multidisciplinar,** São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Constituição mundial da saúde.** 1946. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5733496/mod_resource/content/0/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20%28WHO%29%20-%201946%20-%20OMS.pdf. Acesso em: 27 ago. 2023.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Desenvolvimento humano e condições de vida.** 2022 Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/dados_estatisticos/info_cidade/desenvolvimento_humano/index.php. Acesso em: 28 ago. 2023.

SÃO PAULO, **Lei N° 14.968,** de 30 de julho de 2009. Disponível em <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-14968-de-30-de-julho-de-2009#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20qualifica%C3%A7%C3%A3o%20do,capacita%C3%A7%C3%A3o%20de%20jovens%20e%20adultos.&text=Vereador%20Donato%20%2D%20PT>. Acesso em: 25 ago 2023.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SCHUMAN, L. R. M. A.; MOURA, L. B. A. **Índices sintéticos de vulnerabilidade: uma revisão integrativa de literatura**. Ciência & Saúde Coletiva, 2015. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v20n7/1413-8123-csc-20-07-2105.pdf. Acesso em: 27 ago. 2023.

SILVA, F. C. A. da; ALBUQUERQUE, B. M. **Os registros do IBGE e sua utilização como ferramenta de políticas públicas estatais: um mecanismo de efetivação das necessidades coletivas através de dados abertos**. In: NETO, L.; RIBEIRO, F. : Direito e Informação na Sociedade em Rede: atas. Faculdade de Direito da Universidade do Porto e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016, p. 162-177. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/48153543/Direito_e_Informacao_na_Sociedade. Acesso em: 01 set 2023.

SPINK, P. K. **Psicologia Social e políticas públicas**. In: MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. de. A política pública como campo multidisciplinar, São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013, p. 155-180.

TILLMANN, E.; COMIM, F. **Os determinantes da decisão entre estudo e trabalho dos jovens no brasil e a geração nem-nem. pesquisa e planejamento econômico**. Pesquisa e planejamento econômico, 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7290/1/PPE_v46_n02_Determinantes.pdf. Acesso em: 27 ago. 2023.